



UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO CATÓLICA

União Brasileira de Educação Católica - UBEC **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2023
com relatório do auditor independente

KPDS 1244408

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	9
Balço patrimonial	12
Demonstração do resultado	14
Demonstração do resultado abrangente	15
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Ao Conselho de Administração e Assembleia Geral

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da União Brasileira de Educação Católica apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

1. Mensagem do Conselho de Administração

O grupo UBEC, no decorrer do ano de 2023, atendeu 29.358 alunos (6.125 no nível básico e 23.233 no nível superior), apresentando uma crescente de 8,8% em relação ao número de alunos do ano anterior. O crescimento apresentado pelo Grupo UBEC foi superior à média de mercado de 3,6%, conforme o Censo 2023. A receita líquida sofreu uma variação positiva de 10%, em relação ao ano de 2022 (R\$321.238 em 2022 e R\$353.368 em 2023).

Essas conquistas só foram possíveis devido ao comprometimento dos dirigentes, do corpo docente e administrativo da Mantenedora e das Mantidas em realizar as suas atribuições da melhor maneira possível, trabalhando para perenidade do Grupo UBEC.

Como destaque vale ressaltar o crescimento de 20,6% do número de alunos no segmento graduação presencial da Universidade Católica de Brasília, nossa maior unidade de missão.

Houve também crescimento nos principais indicadores, como receita líquida, resultado operacional e ebitda.

2. A União Brasileira de Educação Católica – UBEC

2.1. Visão Geral

A União Brasileira de Educação Católica - UBEC, fundada em 12 de agosto de 1972, é uma associação civil, confessional, de direito privado e de caráter assistencial, educacional, filantrópico e sem fins econômicos. A UBEC foi fundada por cinco Congregações Religiosas e um Instituto, na qualidade de instituidoras: (1) Inspeção Madre Mazzarello, Instituição Canônica do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora; (2) Sociedade Porvir Científico, Província La Salle Brasil-Chile, do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs; (3) União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE), Província Marista Brasil Centro-Norte, do Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas; (4) Inspeção São João Bosco (ISJB), Instituição Canônica da Sociedade São Francisco de Sales; (5) Associação Planalto de Assistência e Instrução Popular (ASPLA), Província São José da Congregação dos Sagrados Estigmas de Nosso Senhor Jesus Cristo; (6) Instituto Católico de Minas Gerais (ICMG)/Diocese de Itabira e Coronel Fabriciano.

2.2. Objetivos estatutários

- Manter instituições educacionais em todos os níveis e as modalidades.
- Criar, manter e desenvolver atividades para assegurar sua sustentabilidade e qualificação de seus serviços.
- Promover ações assistenciais e de prestação de serviços em atendimento à missão institucional.

- Manter, em parceria com o Poder Público e/ou outras entidades, programas de enfrentamento à pobreza e provimento de condições para atender às contingências sociais.
- Manter/gerir obras sociais, centros de saúde e hospitalares, centros de formação, centros culturais, meios de comunicação social, editoração, projetos esportivos e outros, que se enquadrem em seus princípios fundantes, suas finalidades e sua missão.
- Produzir e editar materiais didático-pedagógicos e de comunicação, como livros, apostilas, revistas, jornais, audiovisuais, tecnologia de informação e mídias de rádio e televisão.
- Incentivar a produção de insumos de qualquer ordem, inclusive agroindustriais, nos Cursos Técnicos e Superiores e nos serviços prestados, revertendo o resultado para os fins institucionais.
- Desenvolver projetos que visem à ecologia integral e o humanismo solidário.
- Criar, manter, congregar, orientar, assessorar, dirigir, planejar, incorporar, cindir e promover ações conjuntas com obras e instituições, que atuem no âmbito da educação, do ensino, da pesquisa, da saúde e da assistência social, do meio ambiente, dos meios de comunicação social e das emissoras de rádio e televisão.
- Firmar contratos, convênios, termos de colaboração, termos de fomento, acordo de cooperação, contratos de gestão, acordos, termo de parceria, de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres, com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, observada a legislação brasileira.

2.3. Destaques da Direção Executiva, Modelo de Negócios e Rede de Ensino

O ano de 2023 foi um ano relevante para a UBEC nas questões estratégicas e gerenciais. A nova gestão iniciou a execução do Plano Estratégico para os próximos 05 anos (2023-2027). Além de um olhar especial para a Missão e Visão, foram contemplados aspectos relacionados ao ambiente externo, com destaque para previsão e antecipação de ações com o objetivo de amenizar impactos advindos da volatilidade da economia e dos elementos socioeconômicos que pudessem interferir na captação e retenção de alunos. A revisão da precificação e do portfólio, permitiram enfrentar e superar os desafios conjunturais.

Proporcionar uma experiência incrível aos nossos alunos é uma das nossas prioridades estratégicas. Através da escuta ativa dos *feedbacks* constantes dos nossos alunos e melhoria contínua em nossos processos, buscamos aprimorar de forma consistente a jornada do aluno.

Em 2023, a UBEC investiu mais de R\$ 21,5 milhões em suas operações educacionais como parte de sua estratégia de reinvenção e retomada pós-pandemia. Este investimento direto proporcionou melhorias significativas na infraestrutura, recursos e, especialmente, na segurança de toda a comunicada educativa.

Dentre os investimentos realizados, destacam-se:

- Migração do ambiente de dados on-premise para a nuvem;

- Ampliação da segurança de dados através da implementação de firewalls descentralizados em nossas Unidades de Missão;
- Aquisição de 621 desktops e notebooks;
- Atualização de mobiliário nas Unidades de Missão;
- Atualização do acervo bibliográfico para atendimento aos cursos ofertados;
- Construção do pórtico de entrada da UCB e do Colégio Católica de Brasília;
- Realização de todas as adequações regulatórias necessárias para o recredenciamento da UCB, conquistando nota máxima no MEC;
- Revitalização dos laboratórios dos Cursos de Saúde e Engenharias da UCB;
- Reforma da cobertura do auditório do Bloco Central da UCB;
- Projeto de sistema contra incêndio e execução de paisagismo do Colégio Católica de Timóteo;
- Ampliação da Clínica de Odontologia e adequações para renovação do AVCB (campus de Ipatinga) do Unileste;
- Atualização da sala Maker e instalações sanitárias da FICR;
- Adaptação, mobiliário e inauguração do Prédio-Anexo II do Colégio Católica Machado de Assis;
- Retrofit da recepção, pátio interno e salas de aulas, e adequações de acessibilidade no Colégio Católica de Brasília.

De forma criteriosa e sustentável, priorizamos as atualizações tecnológicas e de instalações físicas das unidades de missão, bem como a inauguração da nova sede da mantenedora no campus da Universidade Católica de Brasília – UCB. Esta mudança proporcionou maior proximidade do Escritório Central (EC) com as operações educacionais da UBEC em Brasília, oferecendo mais conforto e comodidade de locomoção aos colaboradores do EC.

A dimensão de governança – alicerce que sustenta todos os avanços sociais, ambientais e financeiros da UBEC – avançou ao firmar que compromissos nessa área incluem a excelência de gestão, a integridade empresarial e a conformidade ética e legal, sempre a serviço da democratização do acesso à educação. No ano de 2023, aprimoramos de forma constante nossas práticas organizacionais, referenciadas nas recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). As políticas corporativas e normativos internos foram e são atualizados regularmente para alçar a gestão às melhores práticas de governança e integridade. Nessa linha, foram realizadas reuniões conjuntas e ampliadas dos órgãos de governança da UBEC, bem como a criação de processos que potencializam as discussões de estratégia do Grupo UBEC no Conselho de Administração.

Quanto ao Conselho de Administração, a UBEC conta com 8 conselheiros, dentre os dois Conselheiros independentes, incrementando os padrões de governança corporativa em linha com as melhores práticas de governança. A estrutura de governança integra Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, dentre eles, o de Auditoria e de Ética, este último aprecia temas relacionados à conduta ética, incluindo manifestações registradas no Canal de Denúncias.

Em 2023, houve a segregação entre Ouvidoria e Canal de Denúncias, com a criação de uma Comissão Permanente para encaminhamento adequado das demandas. O Canal de Denúncias foi estruturado por meio da aquisição de uma ferramenta independente para receber e investigar manifestações.

O Comitê de Auditoria, coordenado por uma conselheira independente, supervisiona a Auditoria Interna, garantindo sua independência nas atividades realizadas. O Plano Plurianual da Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, foi alinhado ao Planejamento Estratégico e ao Mapa de Riscos.

O Grupo UBEC prioriza a diversidade, com 59% do quadro de educadores sendo mulheres, e uma política de tratamento equânime relatada na última pesquisa de clima organizacional. A Política de Direitos Humanos será revisada em 2024, abordando temas relacionados a “direitos humanos, inclusão e diversidade”, com a criação prevista de um comitê institucional sobre diversidade.

Em 2023, foi atualizado o mapeamento de riscos da UBEC, com uma gestão de riscos alinhada e coerente com a cadeia de valor, a arquitetura de processos e o Plano Estratégico, visando antecipar ameaças econômico-financeiras, regulatórias, reputacionais, de conformidade e operacionais que possam afetar nossos objetivos estratégicos. Os objetivos estratégicos e o apetite a riscos definidos pela Alta Administração são os pilares e diretrizes da gestão.

O ano de 2023 foi muito importante na frente de Gente e Cultura e gestão de talentos. Nesse ano recebemos, pela segunda vez consecutiva, o selo “Great Place to Work”, o que mostra que estamos trilhando o caminho certo para sermos admirados como marca empregadora e de fato entregar aos nossos colaboradores um contexto engajante, motivador e saudável. Acreditamos que um time diverso, talentoso e alinhado do ponto de vista de estratégia e cultura é fundamental para seguir transformando vidas por meio da educação.

A transformação digital também esteve presente em todas as pautas relacionadas à eficiência operacional e melhoria na experiência dos estudantes. A consolidação do novo ERP, implantação do e-commerce, além dos projetos de IA dentro de sala de aula, prepararam a UBEC para a nova onda, a qual a IA generativa e preditiva potencializarão as ações e práticas educativas.

Bem como o monitoramento constante dos movimentos de mercado, através da criação de uma nova gerência de Inteligência de Mercado.

Tais ações pavimentaram o ambiente gerencial para avançarmos nas questões fundamentais sobre ESG, tanto no olhar para os ambientes onde nossas Unidades de Missão se encontram, como também na formação dos nossos alunos, com alterações nas matrizes curriculares nos mais diversos cursos.

Há uma preocupação constante das lideranças (*tone-at-the-top*) incentivando a adesão de toda a instituição nas melhores práticas de mercado.

Enquanto Modelo de Negócios e Rede de Ensino, nos últimos anos, a UBEC vem desenvolvendo suas atividades em 2 (dois) segmentos: Educação Básica e Educação Superior, conforme as Unidades de Missão detalhadas abaixo:

Educação Básica	Ensino Superior
Colégio Católica de Brasília	Universidade Católica de Brasília
Colégio Católica de Timóteo	Centro Universitário do Leste de Minas
Colégio Católica Padre De Man	Centro Universitário Católica de Tocantins
Colégio Católica Machado de Assis	Faculdade Católica Imaculada Conceição do Recife
Colégio Católica Curitiba	

Educação Básica

Compreende ações voltadas para o ensino nos níveis infantil, básico e médio.

- Em Brasília, o grupo conta com o Colégio Católica de Brasília, reconhecido pela comunidade como um dos centros de excelência no ensino do Distrito Federal.
- Em Minas Gerais, a UBEC mantém o Colégio Católica de Minas Gerais e o Colégio Católica Padre De Man (CPM).
- Recentemente foi adquirido pelo grupo UBEC mais duas unidades: Localizada em Joinville o Colégio Católica Machado de Assis e localizado em Curitiba o Colégio Católica Curitiba.

Educação Superior

- A Educação Superior compreende ações voltadas para o Ensino Superior e Pós-graduação *lato e stricto sensu*, que podem ser realizadas de forma presencial ou a distância.
- Em Brasília, há a Universidade Católica de Brasília (UCB), única Universidade particular localizada no Distrito Federal. Possui reconhecimento em suas pesquisas em âmbito nacional e internacional.
- Em Minas Gerais, há o Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE). Incorporada ao Grupo UBEC em 2005, é o único Centro Universitário do Vale do Aço em Minas Gerais.
- Em Palmas, há a o Centro Universitário Católica do Tocantins (Unicatólica).
- Em Recife, há a Faculdade Católica Imaculada Conceição do Recife (FICR).

2.4. Responsabilidade Social

A UBEC é imune à incidência de impostos sobre sua renda, patrimônio e serviços, por força do art. 150, Inciso VI, alínea “C”; e às contribuições sociais, por força do artigo 195, § 7º; todos da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

A UBEC é uma entidade beneficente de educação, possui CEBAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social e cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, fazendo jus à imunidade de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal.

Dentro de seus objetivos estatutários, a Entidade aplica seus recursos na concessão de bolsas de estudos a alunos com perfil socioeconômico estabelecido Lei Complementar nº 187/2021.

No ano de 2023, conseguimos atender o maior número de alunos bolsistas dos últimos 07 anos, contando com 4.283 alunos contemplados.

3. Relacionamento com Auditores Independentes

A UBEC não possui outros contratos com seus Auditores Independentes que não os relacionados com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Tal prática está fundamentada nos Princípios Internacionalmente aceitos de que os auditores externos não devem auditar os seus próprios serviços, exercer funções gerenciais nem promover o interesse da Entidade

4. Declaração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, aprovando no seu âmbito e recomendando à Assembleia Geral à sua aprovação.

5. Parecer do Conselho Fiscal

Foram submetidas à apreciação do Conselho Fiscal da UBEC as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, para fins de emissão de parecer pelos seus membros, cuja aprovação fora formalizada na Assembleia Geral.

6. Expectativas

O ano de 2023 marcou o início de uma nova gestão na UBEC, pautada no fortalecimento institucional e no incentivo ao aprimoramento da comunicação entre as unidades de missão, os estudantes e a sociedade civil.

A UBEC efetivou uma ação de grande importância para o constante desenvolvimento de sua atuação: a elaboração do **Plano Estratégico 2023-2027**, por meio do qual definiu sua estratégia e os resultados que deseja alcançar para a sociedade. Construído de forma participativa e com engajamento organizacional, por grupo de trabalho formado pelos membros de seu Conselho de Administração (CAD) e pelas lideranças das Unidades de Missão (colégios, instituições de ensino superior e o escritório central) e, também, pelas diferentes áreas que integram o ambiente

corporativo e executivo, o plano foi desdobrado em 20 iniciativas e 132 ações, sendo 61 ações planejadas para 2022 e 71 ações para 2023/2024.

O planejamento estratégico traz o direcionamento que o Grupo seguirá nos próximos cinco anos, trazendo a Missão, Visão, Valores e Objetivos Estratégicos. Ao elaborar o Plano Estratégico 2023-2027, o Grupo UBEC declara seu compromisso com um projeto de educação integral, inclusivo e sustentável, capaz de incidir em futuros coletivos melhores para a sociedade.

Dentre as iniciativas previstas e alinhadas ao planejamento estratégico da área de Educação, merecem destaque:

1. A melhoria e o aprimoramento da experiência dos estudantes e dos processos institucionais;
2. Ampliação extracurricular e integral;
3. O lançamento das Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica para alinhamento do compromisso comum com a inovação pedagógica e a melhoria contínua, assegurando que todos os estudantes tenham acesso a uma educação integral com valores humanos e cristãos;
4. Política de permanência de bolsistas;
5. Parcerias com programas de intercâmbio;
6. O acompanhamento e a avaliação das políticas e diretrizes institucionais tendo como premissas a formação integral, a excelência acadêmica, a inovação e a sustentabilidade;
7. Continuidade dos projetos da Coordenação Corporativa de Pastoralidade, com o desenvolvimento de atividades que levam em consideração os aspectos estruturantes, personalizantes e comunitários.

Pensando nos colaboradores do Grupo UBEC, com o propósito de cuidar das Pessoas e consolidar a nossa Cultura, vislumbramos a implantação e a consolidação de subsistemas importantes para a efetiva Gestão de Pessoas no Grupo. Baseado no planejamento estratégico e resultados da última pesquisa de clima organizacional, estabelecemos os macros objetivos a seguir que serão os norteadores de 2024, sendo:

- Gestão;
- Performance;
- Educação;
- Remuneração;
- Segurança;
- Controle;
- Relacionamento.

A UniUBEC, Universidade Corporativa do Grupo UBEC, inaugurada em junho de 2023, concluiu seu primeiro ano com notáveis avanços. Destacam-se a introdução do MBA em Liderança e Gestão Inovadora de Instituições Educacionais, o lançamento do curso Experiência do Cliente, e a implementação da plataforma de treinamentos UniUBEC, organizada em trilhas de aprendizagem. Essas iniciativas resultaram na formação de 1.703 educadores ao longo de 2023.

Não obstante as ações acima, em 2024 temos o compromisso com a expansão da EAD, com a oferta de cursos com modelagem/metodologia 100% EAD e semipresencial e seguimos promovendo ações para fortalecimento do caixa com a busca por novas fontes de receita e com controle contínuo das despesas.

7. Agradecimentos

A UBEC sente-se honrada em agradecer ao Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, ao Conselho de Administração e aos colaboradores o esforço, a dedicação e o comprometimento que serviram de suporte para os resultados alcançados em 2023. Os colaboradores, mais uma vez, acreditaram na Entidade e, em um esforço conjunto, superaram os desafios. Agradecemos aos estudantes, para quem trabalhamos no intuito de continuarmos merecedores da escolha, fidelidade e confiança. Agradecemos também aos fornecedores, às instituições financeiras, às autoridades e à comunidade o apoio recebido.

A Administração.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre
Norte ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da União Brasileira de Educação Católica - UBEC Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da União Brasileira de Educação Católica - UBEC (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da União Brasileira de Educação Católica - UBEC em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram auditadas por outros auditores que emitiram uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras em 25 de abril de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da

Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 30 de abril de 2024
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F



Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

**União Brasileira de Educação Católica -
UBEC Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023
e 2022
(Em milhares de reais)**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.108	797
Aplicações financeiras	4	21.570	23.142
Recursos financeiros vinculados a convênios	17	7.619	4.559
Contas a receber de clientes	5	38.282	40.530
Estoques		2.849	2.600
Adiantamento a funcionários	6	9.266	8.623
Adiantamento a fornecedores	7	2.196	2.274
Despesas antecipadas		1.168	1.754
Outros créditos	8	3.930	2.356
Total do Circulante		87.988	86.635
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	4	14.151	7.250
Despesas antecipadas		172	66
Mensalidades a receber a longo prazo	5	22.370	22.091
Depósitos/bloqueios judiciais	19 (c)	4.098	3.869
Fundo Garantidor Fies	3.18	8.309	5.840
		49.100	39.116
Investimentos - Propriedades para investimento	9	61.944	52.697
Imobilizado	10	593.608	601.172
Intangível	11	19.752	21.033
		675.304	674.902
Total do Não Circulante		724.404	714.018
Total do Ativo		812.392	800.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	12	8.637	16.248
Empréstimos e financiamentos	13	3.368	7.513
Arrendamentos a pagar	14	4.105	2.611
Obrigações trabalhistas e sociais	15	28.621	27.043
Impostos, taxas e contribuições diversas	16	5.389	5.328
Obrigações por convênios	17	12.937	9.403
Adiantamento de clientes	18	11.610	8.262
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	19 (a)	11.236	14.346
Total do Circulante		85.903	90.754
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	-	3.358
Arrendamentos a pagar	14	21.549	20.601
Fornecedores e outras contas a pagar	12	2.604	4.779
Provisão para riscos fiscais	19 (a)	-	365.978
Total do Não Circulante		24.153	394.716
Patrimônio líquido			
Patrimônio Social	20	30.873	-
Ajustes de avaliação patrimonial		282.663	284.310
Superávit acumulados		388.800	30.873
Total do Patrimônio Líquido		702.336	315.183
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		812.392	800.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**União Brasileira de Educação Católica -
UBEC Demonstração do resultado**
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida de serviços	21 (a)	353.368	321.238
Custo dos serviços prestados	21 (b)	<u>(169.695)</u>	<u>(155.450)</u>
Resultado operacional bruto		<u>183.673</u>	<u>165.788</u>
(Despesas) receita Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21 (c)	(130.134)	(130.252)
Despesas comerciais	22 (d)	(13.893)	(12.429)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	5	(27.760)	(16.916)
Outras receitas operacionais	21 (e)	371.952	29.585
Outras despesas operacionais	21 (e)	<u>(2.034)</u>	<u>(2.773)</u>
		<u>198.131</u>	<u>(132.785)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>381.804</u>	<u>33.003</u>
Resultado financeiro	21 (f)		
Receitas financeiras		12.839	10.217
Despesas financeiras		<u>(7.490)</u>	<u>(7.842)</u>
		5.349	2.375
Superávit do exercício		<u>387.153</u>	<u>35.378</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Superávit do exercício		
Outros resultados abrangentes	387.153	35.378
	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>387.153</u>	<u>35.378</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**União Brasileira de Educação Católica -
UBEC Demonstração das mutações do patrimônio
líquido**
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Patrimônio Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávit (déficit) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	285.957	(6.152)	279.805
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.647)	1.647	-
Superávit do exercício	-	-	35.378	35.378
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	284.310	30.873	315.183
Absorção do superávit acumulado	30.873	-	(30.873)	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.647)	1.647	-
Superávit do exercício	-	-	387.153	387.153
Saldos em 31 de dezembro de 2023	30.873	282.663	388.800	702.336

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Superávit do exercício	387.153	35.378
Ajustes por		
Depreciação/amortização	18.606	13.714
(Reversão)/Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(362.439)	5.319
Ganho/Perda na venda de ativo imobilizado e propriedade para investimento	391	(215)
(Reversão)/Provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida	27.760	18.578
Juros e correção monetária incorridos	786	(34.965)
Impairment ativos não financeiros (Mantenças)	1.265	9.004
Juros sobre arrendamento	3.476	2.177
	76.998	48.990
Varição das contas patrimoniais		
(Aumento)/redução nos recursos financeiros vinculados a projetos e convênios	(3.060)	80
(Aumento)/redução nas contas a receber de clientes	(25.791)	(31.177)
(Aumento)/redução nos estoques	(249)	(1.450)
(Aumento)/redução em adiantamentos	(565)	(1.438)
(Aumento)/redução em outros ativos	(3.792)	7.149
(Aumento)/redução em imobilizado	(1.246)	(6)
Aumento/(redução) em fornecedores	(9.786)	(55)
Aumento/(redução) em obrigações trabalhistas e sociais	1.578	4.216
Aumento/(redução) em contingências cíveis, fiscais e trabalhista	(6.808)	(9.984)
Aumento/(redução) em adiantamento de clientes	3.348	(1.071)
Aumento/(redução) em obrigações por convênios	3.534	(78)
Aumento/(redução) em arrendamento	2.371	(1.016)
Aumento/(redução) em outros passivos	61	355
	(40.405)	(34.475)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	36.593	14.515
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras (aportes)	(270.653)	(201.364)
Aplicações financeiras (resgates)	270.859	210.792
Aplicações financeiras (juros)	(5.535)	(5.085)
Aquisição de ativo imobilizado	(20.423)	(6.882)
Baixas de ativo imobilizado e propriedade para investimento	1.345	217
Aquisição de ativo intangível	(340)	(829)
	(24.747)	(3.151)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos (principal)	(6.902)	(8.197)
Pagamentos de empréstimos (juros)	(1.228)	(1.459)
Pagamentos de arrendamentos (principal)	(3.405)	(2.816)
	(11.535)	(12.472)
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	311	(1.108)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	797	1.905
No fim do exercício	1.108	797
	311	(1.108)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.1 Informações gerais

A União Brasileira de Educação Católica (UBEC) - (“UBEC” ou “Entidade”), fundada em 12 de agosto de 1972, é uma associação civil, confessional, de direito privado, sem fins econômicos e de caráter assistencial, educacional, filantrópico e sem fins lucrativos, sediada na QS 07, Lote 01, Bloco L, Águas Claras, Brasília – DF, CEP 71.966-900.

Com atividade preponderante em educação, a UBEC, para o cumprimento de suas finalidades, objetiva manter instituições de educação superior e de educação básica, promover ações assistenciais, realizar pesquisas, desenvolver projetos que visem à ecologia integral e o humanismo solidário, produzir e editar materiais didático-pedagógicos e de comunicação.

A UBEC é uma Mantenedora de Instituições de Ensino com sede em Brasília/DF, possuindo dez unidades no Brasil, sendo: um escritório administrativo sediado no Distrito Federal, quatro instituições de ensino superior - Universidade Católica de Brasília (UCB), Centro Universitário Católica de Tocantins (UNICATÓLICA), Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE) e Faculdade Imaculada Conceição do Recife (FICR), além de cinco colégios de ensino básico – Colégio Católica de Brasília (CCB), Colégio Católica de Timóteo (CCT), o Colégio Católica Padre De Man (CCPM), o Colégio Católica Machado de Assis (CCMA) e o Colégio Católica de Curitiba (CCC).

Como Entidade de Educação sem Fins Lucrativos, aplica recursos em Gratuidade nas Atividades Educacionais (Bolsas de Estudos) direcionados a pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, nos estados em que estão localizadas suas unidades de educação básica e superior. As bolsas sociais são também concedidas em estados, onde estão localizados polos de Educação a Distância (EaD).

1.2 Aspectos relacionados à filantropia/gratuidade

A UBEC é uma entidade beneficente de educação, sem fins econômicos, imune à incidência de impostos sobre sua renda, patrimônio e serviços, por força do art. 150, Inciso VI, alínea “C”; e às contribuições sociais, por força do artigo 195, § 7º; todos da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. Para usufruir do gozo da imunidade, cumpre os requisitos previstos no art. 14 do Código Tributário Nacional e no art. 3º da Lei Complementar 187/2021.

Em 22 de abril de 2020, a Entidade foi certificada pelo Ministério da Educação (MEC) na qualidade jurídica de Entidade Beneficente de Assistência Social mediante Portaria n.º 123, de 22 de abril de 2020, com vigência referente ao período de 01/01/2016 a 31/12/2018.

Em 5 de dezembro de 2018, a Entidade protocolou tempestivamente seu pedido de renovação do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS no MEC, por meio do Processo de n.º 23000.039477/2018-18, com abrangência do período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021. Em 29 de novembro de 2021, também foi protocolado tempestivamente o pedido de renovação do referido Certificado, por meio do processo de n.º 23000.031409/2021-14, com abrangência do período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de

dezembro de 2024, que se encontra em análise técnica. O protocolo de renovação serve como prova da regularidade da certificação até a data da decisão administrativa definitiva, nos termos do § 1º e § 2º do art. 37 da Lei Complementar n.º 187/2021.

A UBEC possui atuação preponderante na área de Educação, exercendo também ações na área da saúde, por meio do Centro Especializado de Reabilitação (CER), regido pela relação contratual entre a Prefeitura de Ipatinga e o UNILESTE.

Educação básica

A UBEC, por meio de suas cinco Unidades de Missão de Educação Básica: Colégio Católica de Brasília (CCB) – localizada em Águas Claras/DF, o Colégio Católica Padre De Man (CCPM), o Colégio Católica de Timóteo (CCT), situados, respectivamente, em Coronel Fabriciano/MG e Timóteo/MG, o Colégio Católica Machado de Assis (CCMA) – localizado na cidade de Joinville/SC e o Colégio Católica de Curitiba (CCC) – localizado na cidade de Curitiba/PR, oportuniza o acesso e a permanência de alunos hipossuficientes ao ensino de qualidade com a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade do ensino regular, em observância à Lei Complementar n.º 187/2021.

Ensino superior

A UBEC concede, em suas Unidades de Missão do Ensino Superior – Universidade Católica de Brasília (UCB), sediada em Águas Claras/DF; Centro Universitário Católica do Leste de Minas (UNILESTE), localizada em Coronel Fabriciano/MG; Centro Universitário Católica de Tocantins (UNICATÓLICA), com sede em Palmas/TO e Faculdade Católica Imaculada Conceição do Recife (FICR), sediada em Recife/PE – e nos polos de Educação a Distância (EaD), bolsas de estudo para os cursos de graduação, viabilizando assim o acesso e a permanência de alunos em risco e vulnerabilidade social. São concedidas bolsas integrais e parciais 50% (cinquenta por cento), guardando as determinações na legislação do Programa Universidade para Todos (ProUni), regido pela Lei n.º 11.096/2005 e regulado pelo Decreto n.º 5.493/2005, bem como as determinações da Lei Complementar n.º 187/2021, regulada pelo Decreto n.º 11.791/2023.

Saúde/Projeto CER-Centro Especializado de Reabilitação

Por meio da promoção de avaliação, de prescrição, de adequação, de treinamento, de acompanhamento e de dispensação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção no Centro Especializado em Reabilitação Física e Visual (CER II), com atendimentos exclusivos a pacientes direcionados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Demonstrativo de serviços – prestados – saúde

Unidade: Centro Universitário do Leste de Minas Gerais
Cnpj: 00.331.801/0014-54

Cnes: 3855910
Ano: 2023

Tipo de Atendimentos	Número de atendimentos no ano		
	SUS	NÃO SUS	Total
Ambulatorial	1.539	-	1.539

Cálculo da filantropia

Para fins de renovação do CEBAS, a UBEC, que atua nas diferentes etapas e modalidades da educação presencial e à distância:

- (a) Possui autorização de funcionamento expedida pelo Ministério da Educação;
- (b) Demonstrou sua adequação às diretrizes e às metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), na forma do art. 24 da Constituição Federal;
- (c) Informou os dados referentes a instituição ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);
- (d) Atendeu a padrões mínimos de qualidade, aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação;
- (e) Concedeu, na forma de benefício próprio, bolsas de estudo integral, respeitando o perfil socioeconômico, nos termos do art. 19 da Lei Complementar n.º 187/2021;
- (f) Desconsidera, conforme o § 2º, art. 24 da Lei Complementar n.º 187/2021, alunos pagantes os inadimplentes por período superior a 90 (noventa) dias ou aqueles cujas matrículas tenham sido recusadas no período letivo imediatamente subsequente ao inadimplemento;
- (g) Considera, nos termos do art. 24 da Lei Complementar n.º 187/2021, alunos pagantes, para fins de aplicação das proporções previstas nos arts. 20, 21, 22 e 23 da referida Lei Complementar, o total de alunos matriculados, excluídos os beneficiados com bolsas de estudo integrais (inciso I do § 1º do art. 20) e com outras bolsas integrais concedidas pela entidade.
- (h) Prestou contas na área da saúde das ações executadas contratualmente pelos Centro Especializados de Reabilitação/ CER-II do UNILESTE.
- (i) Bolsas concedidas no SisProUni, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 187/2021.
- (j) Bolsas integrais concedidas a Estudantes com deficiência de acordo com o inciso I do parágrafo 3º do art. 20 da Lei Complementar n.º 187/2021.

Educação básica	Nota	2023		2022	
		Quantidade	Valores	Quantidade	Valores
Número de alunos matriculados		6.125	86.359	6.016	78.428
Bolsas integrais da LC 187/2021	(d)	841	9.916	842	9.361
Bolsas integrais para alunos com deficiência	(j)	44	491	-	-
Bolsas integrais e em tempo integral		-	-	-	-
Outros tipos de bolsas integrais (especificar)	(f)	176	246	209	2.703
Alunos inadimplentes	(e)	218	-	408	-
Bolsas parciais 50% da LC 187/2021		162	1.075	146	1.054
Outros tipos de bolsas parciais (especificar)		-	-	-	-
Benefícios complementares (especificar o tipo)		-	-	-	-

Educação superior	Nota	2023		2022	
		Quantidade	Valores	Quantidade	Valores
Número de alunos matriculados		22.002	381.394	18.819	349.085
Bolsas integrais Prouni		2.818	42.288	2.357	35.673
Bolsas integrais (recursos próprios)	(i)	464	2.586	363	1.818
Bolsas integrais (pós-graduação stricto sensu)		-	-	-	-
Outros tipos de bolsas integrais		441	356	435	3.410
Alunos inadimplentes	(f)	2.079	-	1.915	-
Bolsas parciais 50% Prouni	(e)	48	424	59	488
Bolsas parciais 50% (recursos próprios)	(i)	13	5	62	700
Bolsas parciais 50% (stricto sensu)		-	-	-	-
Outros tipos de bolsas parciais (especificar)		-	-	-	-
Benefícios complementares (especificar o tipo)		-	-	-	-

1.3 Despesas com Pessoal Docente e Técnico Administrativo

Em atendimento ao disposto na alínea c, inciso III, do art. 12, da Instrução Normativa nº 113/98, da Secretaria da Receita Federal, que determina a aplicação de, pelo menos, 60% (sessenta por cento) da Receita Líquida para as despesas com pessoal docente e técnico administrativo, incluso os encargos e benefícios sociais, a entidade destinou, em 2023, 60,55% da receita obtida com prestação de serviços com as referidas despesas, conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
Receita bruta de serviços	510.143	443.785
(-) Descontos nas anuidades e nas bolsas de estudo	(156.775)	(122.547)
(=) Base de cálculo	353.368	321.238
Despesas com pessoal docente	121.214	111.370
Despesas com pessoal técnico administrativo	92.741	89.131
Total das despesas com pessoal	213.955	200.501
Percentual aplicado	60,55%	62,42%

1.4 Benefícios fiscais usufruídos

Em conformidade ao art. 3º da Lei nº 187/2021, para usufruir da isenção do pagamento das contribuições da Cota Patronal para INSS, COFINS, PIS sobre folha de pagamento e Contribuição Social sobre o Superávit, a Entidade declara ter cumprido:

- (i) não percebam seus dirigentes estatutários, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, das funções ou das atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;

- (ii) apliquem suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- (iii) apresentem certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como comprovação de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- (iv) mantenham escrituração contábil regular que registre as receitas e as despesas, bem como o registro em gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal em vigor;
- (v) não distribuam a seus conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores seus resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto, e, na hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra, não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal;
- (vi) conservem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- (vii) apresentem as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e
- (viii) prevejam, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas.

Segue abaixo, a isenção fiscal usufruída nos exercícios de 2023 e 2022:

	Benefícios fiscais usufruídos	
	(R\$ mil)	
	2023	2022
INSS - Isenção quota patronal sobre folha de pagamento	43.163	39.703
INSS Patronal sobre serviços prestados – pessoa física	103	345
PIS sobre folha de pagamento	1.709	1.582
COFINS	15.069	13.155
	60.044	54.785

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as disposições previstas na legislação societária brasileira, incluindo os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações do Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como com as normas contábeis complementares para entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), todos aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Assembleia Geral da Entidade em 26 de abril de 2024.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua pela Administração. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem:

- Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros (Nota Explicativa nº 05);
- A taxa de desconto e o prazo dos arrendamentos a pagar (Nota Explicativa nº 14)
- Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Nota Explicativa nº 11)
- Incertezas relativas às premissas de provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 19).

Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

2.4 Mensuração do valor justo

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o método do custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico é geralmente determinado pelo valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

3 Descrição das práticas contábeis materiais adotadas

A Entidade adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações financeiras.

3.1 Classificação circulante e não circulante

A Entidade apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Entidade classifica todos os demais passivos no não circulante.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e numerários mantidos com instituições financeiras, de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, e com

risco insignificante de mudança de valor.

3.3 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita ou da indústria: (i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial, e; (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

A receita da Entidade consiste, principalmente, na prestação de serviços de cursos de ensino básico, superior presencial (graduação, pós-graduação *lato sensu* mestrado e doutorado) e ensino superior à Distância – EAD é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data de encerramento do balanço. As mensalidades dos cursos e os respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico.

Na educação superior são cobradas seis mensalidades a cada semestre, sendo a primeira considerada usualmente como matrícula. O vínculo dos alunos acontece sempre em períodos semestrais e a renovação por parte do aluno acontece dependendo do atendimento das obrigações acadêmicas e da renovação contratual através do pagamento da primeira mensalidade, no final do semestre letivo. Na educação básica, o vínculo dos alunos acontece sempre em período anual e a rematrícula ocorre no final do período letivo dependendo das obrigações contratuais e acadêmicas.

As seguintes condições são observadas quando do reconhecimento da receita dos contratos dos alunos, conforme a forma de pagamento do serviço: a existência de um contrato válido e assinado, o valor dos serviços é facilmente identificável e é provável que a entidade receberá a contraprestação dos serviços prestados.

Além da receita com prestação de serviços, a Entidade possui a receita com a venda de livros, para os cursos de ensino básico. Reconhecemos a receita com a venda de materiais didáticos quando os produtos são entregues aos clientes e o controle é transferido para eles.

As demais receitas provenientes de outras operações como doações, contribuições, convênios, parcerias, auxílios e subvenções, obtidas por meio de convênios, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, com destinação específica, sejam ou não vinculadas à constituição de fundos, e as despesas correspondentes são registradas em contas próprias, incluindo as patrimoniais, respeitando o princípio da competência, conforme as diretrizes contidas na Norma ITG 2002. Da mesma forma, os benefícios oferecidos pela Entidade, são reconhecidas de maneira segregada, sendo registrados em contas separadas, tanto no ativo quanto no passivo, para garantir que sejam usados apenas para o propósito pretendido, especialmente aqueles que exigem prestação de contas junto aos órgãos governamentais.

Quando esses recursos são gastos, o reconhecimento é realizado nas contas do passivo correspondentes do convênio e nos saldos da conta bancária do ativo em que o recurso foi disponibilizado.

Os alunos FIES (Programa de Financiamento Estudantil), que possuem contratos financiados no âmbito desse programa governamental, necessitam realizar a validação e aditamento do contrato junto ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação). A Entidade realiza procedimentos adicionais de validação e conferência, inclusive, mas não se limitando, ao acompanhamento do status do processo de aditamento dos contratos dos alunos no SisFies (Sistema Informatizado do FIES), com a finalidade de garantir que ocorrerá o recebimento das parcelas de forma normal e recorrente. Adicionalmente, o aluno assina um contrato de prestação de serviços educacionais com a Instituição Educacional (universidade ou faculdade) e, em caso de inadimplência, esta pode efetuar a cobrança diretamente ao aluno.

O reconhecimento da receita com venda de livros ocorre quando o produto é transferido para o comprador e o controle efetivo sobre o produto é passado para ele. Ocorre na entrega física do produto, quando os riscos e os benefícios associados ao produto são transferidos ao comprador. A receita é reconhecida pelo valor líquido das vendas, ou seja, o valor total da venda menos quaisquer descontos concedidos, devoluções esperadas e outras deduções que possam ser aplicadas.

3.4 Apuração do resultado do exercício (superávit/déficit)

As receitas e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência e obedecendo o princípio da oportunidade. Os gastos classificados como custos dos serviços prestados referem-se àqueles incorridos diretamente na prestação de serviços de ensino, principalmente gastos com pessoal, depreciação e amortização, incorridos nas unidades de ensino (vide Nota Explicativa nº 22).

3.5 Instrumentos financeiros

Reconhecimento

Os instrumentos financeiros da Entidade são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável).

Mensuração Inicial

A Entidade mensura um ativo financeiro como custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. No caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas são reconhecidas diretamente no resultado, assim como qualquer ganho ou perda no desreconhecimento.

Mensuração Subsequente

A sua mensuração subsequente é efetuada a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada classificação de ativos e passivos financeiros.

As aplicações financeiras são inicialmente registradas ao custo de aquisição e, posteriormente, incrementam o resultado pela taxa efetiva de juros (custo amortizado) na data do balanço, mas não excedendo seu valor de mercado ou de realização. Incluem aplicações financeiras com vencimento e carência superiores a 90 dias ou inferiores a 90 dias da data de aplicação e que não podem ser resgatadas antecipadamente sem risco de alteração significativa de valor.

Instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data de contratação, e são posteriormente mensurados pelo valor justo mensalmente até a data de encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do exercício como resultado financeiro.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentados no balanço patrimonial quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pelo processo de inventário.

3.7 Contas a receber

Os valores registrados em créditos a receber são em sua grande maioria decorrentes de mensalidades provenientes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD (vide Nota Explicativa nº 5). Os valores recebidos, referentes a serviços ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como adiantamento de mensalidades (passivo exigível de curto prazo), e são reconhecidos no respectivo resultado do período de acordo com o regime de competência.

O estudo da carteira de clientes baseia-se nos últimos quatro anos, em que se demonstra a premissa que, após cinco anos do título vencido, apresenta baixo índice de recebimento, sendo este título baixado do contas a receber. Este estudo apresenta também índices diferentes para mensalidades e suas renegociações.

Nesse contexto, o percentual da PCLD é composto pelo somatório de:

- (i) Um percentual de 2,90% e 3,30% para mensalidades do nível superior e básico, respectivamente;
- (ii) 29,51% e 40,95%, para os títulos renegociados do nível superior e básico, respectivamente.

A Entidade também possui créditos educacionais oriundos do Sistema FIES representados pelos repasses de mensalidades dos alunos que contrataram o financiamento estudantil com a Caixa Econômica Federal - CEF. Estes recursos financeiros são repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e Caixa Econômica Federal – CEF.

3.8 Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel, para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada e apresentada pelo seu valor de custo de aquisição menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base nas taxas que variam de 20% a.a. (5 anos) a 2,08% a.a. (48 anos), de acordo a avaliação patrimonial realizada para o respectivos imóveis.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Anualmente, a Entidade mensura o valor justo das propriedades para investimentos para fins de divulgação nas demonstrações financeiras.

3.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10 que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício.

3.10 Arrendamentos

A Entidade avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Entidade aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Entidade reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativo de direito de uso

A Entidade reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente. A Entidade possui quatro contratos de aluguel/arrendamento de imóveis com vigência de 15 e 10 anos, sendo que a depreciação é calculada com base nesses períodos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Entidade ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Entidade reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Entidade e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Entidade exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Entidade usa as suas taxas de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Entidade aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra).

Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.11 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Entidade relativos ao empréstimo.

3.12 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo, conforme nota explicativa 11. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Softwares

Os gastos com a aquisição de Software são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas de acordo com o prazo de geração de benefícios econômicos futuros. (Nota Explicativa nº 11).

3.13 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos a depreciação e a amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). No exercício de 2023 houve indicativo de *impairment* reduzindo o valor recuperável dos

ativos não financeiros referente a unidade adquirida em 2021 (Colégio Católica Machado de Assis), sendo registrado assim a constituição de provisão para perda (vide Nota Explicativa nº 11).

3.14 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis que estão apresentados de forma retificada dos respectivos saldos de empréstimos e financiamentos e são alocados como despesas financeiras (diferidos) pelos prazos de vigência dos contratos de origem. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos (vide Nota Explicativa nº 13).

3.15 Provisões

(i) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa que reflète, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(ii) Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa que reflète, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Benefícios pós-emprego

A Entidade não possui obrigações com os empregados de benefícios pós-emprego.

3.17 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

3.18 Fundo garantidor FIES

No âmbito do novo FIES, é feita a retenção de parte do valor pago às instituições para aplicação no Fundo Garantidor do FIES, que será usado para cobrir eventuais perdas do programa de forma individualizada por instituição de ensino. Os valores aplicados no fundo não podem ser resgatados ou utilizados para outros fins sem liberação do FNDE (caixa restrito). Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desse Fundo Garantidor do FIES era de R\$ 8.309 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 5.840).

3.19 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Entidade não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

A. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 13, a Entidade tem um empréstimo bancário com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a covenants específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Entidade está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

B. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

Conforme divulgado nas Notas 12 e 24, a Entidade participa de um acordo de financiamento da cadeia de suprimentos para o qual as novas divulgações serão aplicadas. A Entidade está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação.

C. Outras Normas Contábeis 70

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

3.20 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras compreendem: receita com juros, despesas com juros, descontos obtidos e concedidos etc. Estes são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras temporárias

	31/12/2023	31/12/2022
Caixas contas bancárias	<u>1.108</u>	<u>797</u>
Cotas de Fundo de Investimentos de Renda Fixa – Livres (a)	35.659	30.244
Outras aplicações	<u>62</u>	<u>148</u>
Total Caixa e equivalente de caixa	<u>36.829</u>	<u>31.189</u>
Circulante	21.570	23.142
Não circulante	14.151	7.250

A Entidade possui aplicação financeira no montante de R\$14.151 (R\$7.250 em 2022) como garantia de empréstimo de capital de giro. O valor é ajustado à medida em que são realizadas as amortizações, contratualmente a serem encerradas no ano de 2024.

- (a) As aplicações desses recursos estão no Banco Santander e BRB, nas seguintes condições:
- Tipo de Investimento: Fundos de Investimento DI;
 - Taxa: rentabilidade de 100% do CDI, com resgate automático;
 - Liquidez: diária.

5 Contas a receber de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Mensalidades a receber (a)	104.712	86.824
Financiamentos privados/parcelamentos a receber (b)	34.489	28.896
Cheques em cobrança (c)	2.609	2.611
Fies a receber (d)	21.130	24.139
Cartões de operadores de crédito	10.030	6.065
Outros valores a receber	4.659	3.213
	177.629	151.748
(-) Provisão p/ Créditos de liquidação duvidosa mensalidade (i)	(98.481)	(73.844)
(-) Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa sobre financ. estudantis (ii)	(8.927)	(8.591)
(-) Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa financiamentos estudantis (iii)	(5.742)	(3.906)
(-) Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa das outras contas a receber (iv)	(3.827)	(2.786)
Total	(116.977)	(89.127)
	60.652	62.621
Circulante	38.282	40.530
Não Circulante	22.370	22.091

- (a) Provenientes preponderantemente dos cursos de nível superior e ensino básico oferecidos nas unidades de ensino, representado pelo valor faturado conforme os períodos de competência e seus respectivos acordos de renegociação.
- (b) O saldo dessa linha é composto por modalidades de financiamentos de cursos superiores como PEU, Pravalor e Fundacred.
- (c) O saldo da rubrica “cheques” em cobrança é decorrente de negociações de mensalidades a receber em atraso.
- (d) Representa o crédito decorrente de Financiamento Estudantil com a Caixa Econômica Federal e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Do saldo em aberto, R\$8.930 são referentes às concessões efetuadas no ano de 2023.

A composição por idade dos valores de contas a receber é apresentada a seguir:

	31/12/2023	%	31/12/2022	%
FIES	21.130	12	24.139	16
A vencer	52.300	29	33.294	22
Vencido até 30 dias	6.640	4	5.143	3
Vencido de 31 a 60 dias	4.087	2	4.410	3
Vencido de 61 a 90 dias	3.9234	2	4.871	3
Vencido de 91 a 180 dias	7.357	4	9.446	6
Vencido de 181 a 360 dias	11.171	6	12.178	8
Vencido há mais de 360 dias	71.020	40	58.267	38
	177.629		151.748	100

(i) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa mensalidade**

A Entidade calcula a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) sobre seus recebíveis, com base no modelo de perda esperada dos ativos financeiros. Esse modelo leva em consideração o provisionamento dos recebíveis com evidência objetiva de perda, também dos recebíveis com perda esperada considerando o histórico de perdas e probabilidade futura de default. É constituído provisão de 100% do saldo em aberto dos anos anteriores e para os recebíveis do ano de 2023, respeitando o histórico de perdas calculado e adotado, foi aplicado 2,98% (2,75% em 2022) sobre a carteira. Esse total representa 2,90% e 3,30% sobre as mensalidades ainda não negociadas de nível superior e básico respectivamente. Além desse percentual, a Entidade aplicou 29,51% e 40,95% sobre os títulos negociados em aberto de nível superior e básico, com base nas informações de perda dos últimos 5 anos. Houve uma transferência da carteira de FIES a receber para mensalidades a receber referente aos alunos que não firmaram contrato junto ao FNDE, sendo assim, a Entidade provisionou R\$6.946 referente a esses títulos. O saldo total provisionado das mensalidades a receber em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 98.480 (R\$ 73.844 em 31 de dezembro de 2022).

Movimentação

	2023	2022
Saldo Inicial	(73.844)	(70.526)
Constituições	(28.509)	(17.363)
Baixa (a)	(76)	10.582
Reversões	<u>3.9484</u>	<u>3.463</u>
Saldo final	<u>(98.481)</u>	<u>(73.844)</u>

(a) A Entidade elaborou um estudo, com base no mesmo foram efetuadas baixas por perda efetiva em títulos vencidos de longa data. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos e renegociações são reconhecidos diretamente ao resultado quando da sua realização.

(ii) **Perdas esperadas sobre créditos derivados de créditos estudantis**

É constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa derivada de créditos estudantis quando há inadimplência pelo órgão repassador e quando não há perspectivas razoáveis de recebimento pela unidade de ensino baseado em perdas incorridas e esperadas.

Movimentação

	2023	2022
Saldo Inicial	(8.591)	(7.110)
Constituições FIES (a)	(2.427)	(3.123)
Reversões FIES (b)	<u>2.091</u>	<u>1.642</u>
Saldo final	<u>(8.927)</u>	<u>(8.591)</u>

(a) Temos constituição de PCLD provisionado o saldo total até o ano de 2020 e os demais anos foram provisionados aplicando o percentual de 2% sobre o saldo em aberto de 2021 a 31/12/2023. Esse valor refere-se a título de garantia mínima destinada a cobrir o fundo de financiamento, conforme Portaria do MEC nº 21/2010.

(b) As reversões do FIES ocorridas em 2023 são referentes à diferença entre a estimativa e o efetivamente realizado conforme o critério adotado no ano anterior.

(iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosas financiamentos/parcelamentos estudantis
 Financiamentos estudantis estão representados por créditos do PEU, Pravalor e Fundacred (Fundação de Crédito Educativo), cujos financiamentos foram contratados pelos alunos e aprovados pela Entidade. Tais recursos financeiros serão repassados à Entidade a partir do mês subsequente à formatura dos respectivos alunos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base no histórico de perdas, considerando cada financiamento e status atual dos alunos com a Entidade.

Movimentação

	2023	2022
Saldo Inicial	(3.906)	(2.429)
Constituições	<u>(1.836)</u>	<u>(1.477)</u>
Saldo final	<u>(5.742)</u>	<u>(3.906)</u>

- (iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosas das outras contas a receber
 Refere-se a constituição de provisão sobre as práticas esportivas oriundas das unidades de ensino básico, cheques em cobrança e faturas a receber.

Movimentação

	2023	2022
Saldo Inicial	(2.786)	(3.116)
Constituições	(1.089)	(43)
Reversões	<u>48</u>	<u>373</u>
Saldo final	<u>(3.827)</u>	<u>(2.786)</u>

6 Adiantamentos a funcionários

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de férias	8.136	7.579
Adiantamento de salários	9	7
Débito de colaboradores	1.105	997
Outros	<u>16</u>	<u>40</u>
Total	<u>9.266</u>	<u>8.623</u>

7 Adiantamento a fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Produtos	447	691
Serviços	<u>1.749</u>	<u>1.583</u>
Total	<u>2.196</u>	<u>2.274</u>

8 Outros créditos

	31/12/2023	31/12/2022
Contratos a receber	3.509	1.045
Serviços educacionais	5	1.220
Aluguéis a receber	850	540
Tributos a recuperar	58	55
Provisão para crédito de liquidação duvidosa aluguéis (a)	<u>(492)</u>	<u>(504)</u>
	<u>3.930</u>	<u>2.356</u>

- (a) Provisão para crédito de liquidação duvidosa de aluguéis relativos a valores em aberto dos anos de 2009 a 2022.

9 Investimentos - propriedades para investimento

Movimentação - Exercício de 2023

Descrição (Custo)	31/12/2022		31/12/2023		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Propriedades para investimento	55.604	-	-	10.789	66.393
Obras de arte	6	-	-	-	6
Total	55.610	-	-	10.789	66.399

Descrição (Depreciação)	31/12/2022		31/12/2023		
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação
Propriedades para Investimento(a)	(2.913)	(318)	-	(1.223)	(4.454)
Total	(2.913)	(318)	-	(1.223)	(4.454)
Saldo Líquido	52.697	(318)	-	9.566	61.945

Movimentação - Exercício de 2022

Descrição (Custo)	31/12/2021		31/12/2022		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Propriedades para investimento	55.604	-	-	-	55.604
Obras de arte	6	-	-	-	6
Total	55.610	-	-	-	55.610

Descrição (Depreciação)	31/12/2021		31/12/2022		
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação
Propriedades para Investimento(a)	(2.595)	(318)	-	-	(2.913)
Total	(2.595)	(318)	-	-	(2.913)
Saldo Líquido	53.015	(318)	-	-	52.697

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens conforme laudo pericial elaborado por perito externo. A Administração julga o critério utilizado compatível com a vida útil dos bens. A taxa de depreciação aplicada nas propriedades para investimentos é 2,08% a.a.

Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade avaliou os indicativos de eventuais perdas no valor recuperável de suas propriedades para investimento, e concluiu que não existem elementos característicos para o teste de recuperação (impairment). O valor justo das propriedades de investimentos foi avaliado em R\$106.441 (R\$89.569 em 2022).

- (a) Composição e valores justos:
- (i) R\$5.656 são referentes a aquisição de 4 lotes com área total de 18.254 m², para fins de investimento, na cidade de Palmas - TO. O valor justo dos lotes foi avaliado em R\$8.800 (R\$8.530 em 2022).

- (ii) Aquisição de 40 salas comerciais no Empreendimento Connect Towers em Taguatinga - DF, registrados em 31 de dezembro de 2023 pelo valor total de R\$6.570. Os valores justos destes imóveis foram avaliados em R\$8.751 (R\$10.039 em 2022).
- (iii) R\$16.034 refere-se aos terrenos localizados no Rio Grande do Norte com área total de 68.590 m², reclassificados para propriedades para investimentos em 2021, devido a administração suspender, por tempo indeterminado, o projeto de edificação para uso nas atividades fim dos imóveis. O valor justo dos lotes foi avaliado em R\$22.100 (R\$22.000 em 2022).
- (iv) R\$24.113 ao imóvel localizado na Asa Norte - DF, para fins de investimento. O valor justo do imóvel foi avaliado em R\$54.800 (R\$49.000 em 2022).
- (v) Em outubro de 2023 foi inaugurado a nova sede da UBEC no Bloco L do campus I da Universidade Católica de Brasília, assim o imóvel que sediava anteriormente o escritório central no Park Way – DF foi transferido para Propriedade para Investimento registrado contabilmente no valor de R\$ 9.566. O valor justo do imóvel foi avaliado em R\$11.990 no ano de 2023.

10 Imobilizado

Movimentação - Exercício de 2023

Descrição (Custo)	31/12/2022				31/12/2023		Taxa média anual de depreciação
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo		
Direito de Uso - CPC 06 (R2)	22.923	3.335	(965)	-	25.293		6,7
Terrenos	279.348	215	(215)	(3.346)	276.002		-
Imóveis	320.073	885	(885)	9.625	329.698		(a)
Móveis e utensílios	31.973	1.258	(223)	2	33.010		10
Máquinas e equipamentos	54.230	1.728	(110)	7	55.855		10
Equipamentos de Informática	39.638	2.598	-	-	42.236		20
Biblioteca	22.893	173	-	-	23.066		20
Veículos	1.725	-	(143)	-	1.582		20
Benfeitorias – imóveis arrendados	2.264	1.569	-	45	3.878		10
Imobilizado em andamento	13.993	9.908	(10)	(18.973)	4.918		-
	789.060	21.669	(2.551)	(12.640)	795.538		

Depreciação	31/12/2022				31/12/2023		Taxa média anual de depreciação
	Depreciação Acumulada	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação		
Direito de Uso - CPC 06 (R2)	(3.670)	(1.862)	389	-	(5.143)		10
Imóveis	(62.032)	(6.470)	14	1.223	(67.265)		(a)
Móveis e utensílios	(23.982)	(1.876)	205	-	(25.653)		10
Máquinas e equipamentos	(39.285)	(3.196)	65	-	(42.416)		10
Equipamentos de informática	(35.027)	(1.957)	-	-	(36.984)		20
Biblioteca	(22.277)	(303)	-	-	(22.580)		20
Veículos	(1.324)	(119)	142	-	(1.301)		20
Benfeitorias - Imóveis arrendados	(291)	(297)	-	-	(588)		10
	(187.888)	(16.080)	815	1.223	(201.930)		
Imobilizado Líquido	601.172	5.589	(1.736)	(11.417)	593.608		

Movimentação - Exercício de 2022

Descrição (Custo)	31/12/2021		31/12/2022			Taxa média anual de depreciação
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo	
Direito de Uso - CPC 06 (R2)	23.009	-	(86)	-	22.923	22
Terrenos	279.348	-	-	-	279.348	-
Imóveis	316.917	-	-	3.156	320.073	(a)
Móveis e utensílios	30.959	1.277	(263)	-	31.973	10
Máquinas e equipamentos	52.944	2.931	(1.645)	-	54.230	10
Equipamentos de Informática	37.880	2.276	(518)	-	39.638	20
Biblioteca	22.606	287	-	-	22.893	20
Veículos	1.656	335	(266)	-	1.725	20
Benfeitorias – imóveis arrendados	628	1.636	-	-	2.264	10
Imobilizado em andamento	8.443	9.299	-	(3.749)	13.993	-
	774.390	18.041	(2.778)	(593)	789.060	-

O grupo de imóveis apresentou um aumento de conta de R\$ 3.156 referente a obras em andamento que foram finalizadas.

Depreciação	31/12/2021		31/12/2022			Taxa média anual de depreciação
	Depreciação Acumulada	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	
Direito de Uso - CPC 06 (R2)	(1.993)	(1.734)	57	-	(3.670)	10
Imóveis	(55.913)	(6.119)	-	-	(62.032)	(a)
Móveis e utensílios	(22.370)	(1.865)	253	-	(23.982)	10
Máquinas e equipamentos	(37.624)	(3.256)	1.595	-	(39.285)	10
Equipamentos de informática	(33.099)	(2.446)	518	-	(35.027)	20
Biblioteca	(21.916)	(361)	-	-	(22.277)	20
Veículos	(1.442)	(122)	240	-	(1.324)	20
Benfeitorias - Imóveis arrendados	(131)	(160)	-	-	(291)	10
	(174.488)	(16.063)	2.663	-	(187.888)	-
Imobilizado Líquido	599.902	1.978	(115)	(593)	601.172	-

(a) Taxa média de depreciação dos imóveis em 2023 e 2022

Filial	Taxa média anual de depreciação
Centro Universitário Católica de Tocantins	1,69%
Centro Educacional Católica de Brasília	1,73%
Universidade Católica de Brasília	1,89%
Centro Universitário do Leste de MG	1,87%
Centro Educacional Católica de MG	1,84%
Colégio Padre de Man	1,77%
Escritório Administrativo em Brasília	1,77%
Faculdade Católica de Recife	1,66%

Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade avaliou a existência de perda no valor recuperável de seu ativo imobilizado, por meio de análise do valor justo líquido das despesas de venda, com

base nos estudos não foram identificados indicativos adicionais e nenhuma perda deve ser reconhecida.

Resultado na baixa de ativo imobilizado e propriedades para investimentos

No exercício de 2023, foram realizadas baixas por venda de bens imóveis, bens moveis, veículos, computadores, que foram considerados obsoletos/substituídos pelas Instituições Mantidas, seguem os dados:

	31/12/2023	31/12/2022
Valor dos bens	1.575	2.692
(-) Depreciação acumulada	<u>(427)</u>	<u>(2.606)</u>
Imobilizado líquido	1.148	86
Valor da venda	<u>1.539</u>	<u>(301)</u>
Resultado na venda do ativo imobilizado	<u>391</u>	<u>(215)</u>

Ativos em construção

Dos R\$4.918 em 2023, R\$2.800 são referentes aos projetos da cidade e do parque universitário, as obras do Parque Universitário não foram iniciadas, tendo em vista a necessidade de autorização prévia dos órgãos fiscalizadores do Governo do Distrito Federal. R\$111 compostos pelo projeto da usina fotovoltaica da UNILESTE. R\$865 são referentes aos projetos de combate a incêndio e acessibilidade que acontecem nas Unidades para atendimento de normas impostas pelos órgãos fiscalizadores, R\$642 pelo pagamento efetuado para elaboração e produção de materiais didáticos do grupo UBEC e R\$489 são benfeitorias em andamento no Auditório, Clínica Veterinária e Almoarifado da Universidade Católica de Brasília

11 Intangível

Movimentação - Exercício de 2023

Descrição (Custo)	31/12/2022		31/12/2023			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo	
Marcas e Patentes	240	-	-	-	-	240
Software e Licenças de uso	13.086	341	-	-	-	13.427
Conteúdos	837	-	-	1.850	-	2.687
Aquisição de manutenção	<u>33.000</u>	-	-	-	-	<u>33.000</u>
Total	47.163	341	-	1.850	-	49.354
Amortização	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transf.	Amortização acumulada	
Marcas e Patentes	(12)	(5)	-	-	-	(17)
Software e Licenças de uso	(12.709)	(386)	-	-	-	(13.095)
Outros	(79)	(322)	-	-	-	(401)
Aquisição de manutençã	(4.326)	(1.495)	-	-	-	(5.821)
Impairment Colegios	(9.004)	(1.264)	-	-	-	(10.268)
	<u>(26.130)</u>	<u>(3.472)</u>	-	-	-	<u>(29.602)</u>
Intangível Líquido	<u>21.033</u>	<u>(3.131)</u>	-	1.850	-	<u>19.752</u>

Movimentação - Exercício de 2022

Descrição (Custo)	31/12/2021	31/12/2022			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	
Marcas e Patentes	240	-	-	-	240
Software e Licenças de uso	12.850	236	-	-	13.086
Conteúdos	244	-	-	593	837
Aquisição de manutençã	33.000	-	-	-	33.000
Total	46.334	236	-	593	47.163
Amortização	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transf.	Amortização acumulada
Marcas e Patentes	(8)	(4)	-	-	(12)
Software e Licenças de uso	(12.420)	(289)	-	-	(12.709)
Outros	(20)	(59)	-	-	(79)
Aquisição de manutençã	(1.229)	(3.097)	-	-	(4.326)
Impairment CECMA	-	(6.641)	-	-	(6.641)
Impairment CECC	-	(2.363)	-	-	(2.363)
	<u>(13.677)</u>	<u>(12.453)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(26.130)</u>
Intangível Líquido	32.657	(12.217)	-	593	21.033

As amortizações do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o prazo de geração de benefícios econômicos futuros desses ativos. Os softwares possuem a taxa de amortização de 20% ao ano, já as licenças de uso possuem a taxa de amortização de acordo com a duração dos contratos, que na sua maioria tem duração de 12 meses. A transferências de Manutença, FICR, CECC e CECMA possuem respectivamente as taxas de amortização de 10%, 16,66% e 8,61% ao ano.

Em 2023 foi realizado o teste de *impairment em uma das UGS do Grupo UBEC* por empresa especializada, após as análises com base em estimativas e premissas adotadas pela administração, estimou-se que o valor de uso da UGS Colégio Católica Machado de Assis é de R\$20.257 registrando uma perda de R\$1.265.

Baseado nesse estudo que apresentou uma perspectiva de redução do valor recuperável, foi realizado a provisão para perda nas demonstrações financeiras de 2023 sendo no valor de R\$1.264 referente ao Colégio Católica Machado de Assis. Nota explicativa nº11.

A administração adotará em 2024 medidas para reversão deste cenário, buscando obter aumento na captação de novos alunos, reduzindo custos fixos e implementando novas estratégias de marketing, adquirindo um ganho de eficiência e *market share* para uma melhor atuação no futuro.

12 Fornecedores e outras contas a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Produtos	3.924	5.184
Serviços	3.294	5.006
Outras Contas a Pagar	1.419	5.887
Valores a Repassar	-	171
Circulante	8.637	16.248
Outras Contas a Pagar LP	2.604	4.189
Provisões FIES FGDUC	-	590
Não Circulante	2.604	4.779

13 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2023	31/12/2022	Taxa de juros	Indexadores	Ano/ vencimento
Capital de giro – Pós	-	3.732	3,21% a.a.	CDI/CETIP	2023
Capital de giro – Pré	3.368	7.139	7,95% a.a.	n/a	2024
	3.368	10.871			
Circulante	3.368	7.513			
Não circulante	-	3.358			

Movimentação

	2023	2022
Saldo Inicial	10.871	18.930
Amortizações de principal	(6.902)	(8.197)
Pagamento de juros	(1.228)	(1.459)
Juros incorridos	627	1.597
Saldo final	3.368	10.871

Cronograma de pagamentos

	2023	2022
2023	-	7.513
2024	3.368	3.358
	3.368	10.871

Os empréstimos e os financiamentos estão em moeda nacional e foram tomados para suportar a necessidade de capital de giro da Entidade. Nenhum dos contratos possui cláusulas de *covenants* financeiros. Os contratos de arrendamento mercantil financeiro estão garantidos por equipamentos da Entidade.

14 Arrendamentos

Direito de uso de arrendamento mercantil	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2021	21.016
Arrendamentos baixados rescisão de contrato 2022	(29)
Amortização 2022	(1.733)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	19.253
Novos arrendamentos celebrados	3.335
Amortização 2023	(1.862)
Arrendamentos baixados renegociação de contrato 2023	(576)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.150
Arrendamentos a pagar	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2021	23.849
Arrendamentos baixados rescisão de contrato 2022	(1.044)
Baixa por pagamento no exercício 2022	(2.816)
Juros reconhecidos no exercício (AVP) 2022	3.223
Saldo em 31 de dezembro de 2022	23.212
Circulante	2.611
Não circulante	20.601
Novos Arrendamentos celebrados	3.335
Arrendamentos baixados rescisão de contrato 2023	(965)
Baixa por pagamento no exercício 2022	(3.405)
Juros reconhecidos no exercício (AVP) 2023	3.477
Saldo em 31 de dezembro de 2023	25.654
Circulante	4.105
Não circulante	21.549

Os passivos de arrendamento são representados por arrendamentos de imóveis e a taxa de desconto utilizada é de 0,91% e 1,36% ao mês.

15 Obrigações trabalhistas e sociais

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias e respectivos encargos	14.153	12.176
Salários a pagar	8.106	7.951
Rescisões a pagar	9	32
Banco de horas	575	470
Benefícios e assistência médica	3.086	2.902
Encargos sociais a recolher	2.692	3.512
	28.621	27.043

16 Impostos, taxas e contribuições diversas

	31/12/2023	31/12/2022
IRRF a recolher	5.229	5.184
ISS a recolher	84	82
Contribuições retidas	<u>76</u>	<u>62</u>
	<u>5.389</u>	<u>5.328</u>

Por ser uma entidade filantrópica, a UBEC goza de isenção tributária e os valores acima referem-se a impostos retidos na fonte a recolher.

17 Obrigações por convênios

	31/12/2023	31/12/2022
Convênio SES (a)	3.664	4.100
Convênio Softex (b)	2.068	530
Convênio FAPDF (c)	3.123	1.829
Convênio FINEP (d)	2.588	1.301
Outros convênios	<u>1.494</u>	<u>1.643</u>
	<u>12.937</u>	<u>9.403</u>

- (a) Os convênios intitulados SES são contratos firmados com a Secretaria de Saúde do DF com o objetivo de promover estágios obrigatórios supervisionados nas dependências das Unidades de Saúde do Distrito Federal. A obrigação é constituída pela contrapartida devida pela Instituição de Ensino por meio de realização de benfeitorias e/ou compra de equipamentos médicos para as unidades de saúde do DF.
- (b) O Programa Prioritário Softex, tem por objeto a execução do projeto Residência em TIC, no âmbito dos Programas e Projetos Prioritários de Informática (PPI). O programa seguirá o Plano de Utilização apresentado pela UCB e aprovado pela Softex.
- (c) O Termo de Colaboração firmado entre a FAPDF e a UCB, tem por objeto a Cocriação de protótipo de escola inovadora a ser implementada de forma piloto em Escola Pública do Distrito Federal, conforme Plano de Trabalho deste projeto.
- (d) Projeto firmado com o Finep para atualização da Infraestrutura da UCB para consolidação de Centros de Referência no DF e Centro Oeste, com duração de 36 meses no valor total de R\$ 3.435.

Natureza	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Com contrapartida financeira	-	5.079	-	5.254
Sem contrapartida financeira	<u>7.619</u>	<u>7.858</u>	<u>4.559</u>	<u>4.149</u>
Total	<u>7.619</u>	<u>12.937</u>	<u>4.559</u>	<u>9.403</u>

18 Adiantamentos de clientes

Os valores referem-se a recebimentos antecipados de mensalidades da competência 2024 e períodos letivos futuros, cuja receita será apropriada no exercício correspondente de acordo com o regime de competência.

19 Provisão para riscos de naturezas cível, trabalhista e fiscal e passivos contingentes

A UBEC está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, relacionados a processos tributários, trabalhistas e cíveis. As Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados responsáveis. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

a. Descrição

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Baixas	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2023
Provisão para riscos trabalhistas (i)	11.503	3.965	(4.196)	(1.955)	10	9.327
Provisão para riscos cíveis (ii)	2.843	294	(2.568)	(137)	149	581
Provisão para riscos administrativos	-	1.372	(44)	-	-	1.328
Provisão para riscos fiscais (iii)	365.978	15.061	-	(381.039)	-	-
	380.324	20.692	(6.808)	(383.131)	159	11.236

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Baixas	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2022
Provisão para riscos trabalhistas	17.287	9.203	(8.678)	(6.828)	519	11.503
Provisão para riscos cíveis	1.186	3.013	(1.306)	(69)	19	2.843
Provisão para riscos fiscais	394.074	-	-	(43.785)	15.689	365.978
	412.547	12.216	(9.984)	(50.682)	16.227	380.324

Breve descrição quanto às naturezas das provisões constituídas:

- Processos de natureza trabalhista: possuem como objeto pedidos variados, principalmente relacionados ao pagamento de horas extras, diferenças salariais, dentre outras verbas trabalhistas, e pedidos de empresas de terceirização de mão de obra, em que a responsabilidade da UBEC é apenas subsidiária.
- Processos de natureza cível: demandas relacionadas a reclamações de terceiros – pessoas física e jurídica, alunos e outros – contra as instituições de ensino referentes a perdas e danos.
- Processos de natureza tributária: autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) em relação à imunidade tributária das Contribuições Previdenciárias para a Seguridade Social.

Considerando o trânsito em julgado dos autos de infração junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e consequente manutenção integral do débito fiscal na seara administrativa, a UBEC preventivamente ajuizou duas ações (uma em 2022 e outra em 2023) para discutir o mérito dos fatos geradores. A análise de prognóstico e provisão referente a essas duas ações judiciais foi realizada por escritório especializado independente, sendo que a ação ajuizada em 2022 teve probabilidade de perda remota, cujos valores foram revertidos naquele exercício e a ação ajuizada em 2023 teve probabilidade de perda apontada em possível no montante de R\$ 381.039. O prognóstico foi confirmado pela Administração, por meio de reunião conjunto com o Comitê Executivo, Conselho de Administração e Comitê de Auditoria. À ocasião, estavam igualmente presentes o Jurídico interno e o escritório tributarista independente que lavrou o parecer de provisão e contingências, contendo o prognóstico ora mencionado.

b. Contingências classificadas como risco de perdas possíveis (não provisionadas no balanço)

A Entidade tem ações de naturezas cível, tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados como possível pela Administração, no montante de R\$ 382.489 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.610 em 31 de dezembro de 2022), com base na avaliação dos advogados responsáveis, para as quais não há provisão constituída.

As principais contingências estão relacionadas a ações tributárias.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	9	487	13	754
Fiscais	1	381.039	-	-
Trabalhistas	13	951	18	1.494
Tributários	1	12	6	362
Total	24	382.489	37	2.610

c. Depósitos e bloqueios judiciais

Os depósitos judiciais referem-se relevantemente à natureza trabalhista, cujos saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Processos trabalhistas	2.076	1.949
Processos cíveis	278	248
Processos Administrativos	100	92
Processos tributários	1.636	1.580
	4.090	3.869

Apresentamos, a seguir, a movimentação da rubrica de depósitos judiciais:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	3.870	5.138
(+) Adições	654	3.978
(-) Baixas	(434)	(5.247)
Saldo final	4.090	3.869

Os bloqueios judiciais referem-se à natureza cível, cujos saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Processos cíveis	<u>8</u>	<u>-</u>
Saldo Final	<u>8</u>	<u>-</u>

20 Patrimônio líquido

A UBEC aplica as subvenções e as doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas, integralmente em território nacional, para a manutenção e a ampliação de suas finalidades estatutárias, na forma da lei, suas rendas e seus recursos, bem como o resultado apurado nos exercícios sociais.

A conta de ajuste de avaliações patrimoniais refere-se ao registro da mais valia dos bens imóveis da Entidade quando da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) na adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado em 1º de janeiro de 2009 (data de transição).

A amortização da mais valia das edificações é calculada de acordo com as taxas de depreciação dos imóveis, conforme Nota Informativa nº 10a. Terrenos, por não sofrer depreciação ou amortização, permanecerá no patrimônio líquido. A sua realização ocorrerá somente pela venda ou doação.

21 Desdobramento de outros itens da demonstração de resultados

a. Receita líquida

	2023	2022
Receita de mensalidades (a)	488.699	428.344
Prestação de serviços (b)	4.031	1.640
Receita de convênios (c)	4.263	4.199
Receita SUS (d)	3.746	2.655
Receita venda de livros	<u>9.404</u>	<u>6.947</u>
Receita bruta de vendas	<u>510.143</u>	<u>443.785</u>
Bolsa Prouni integral (e)	(42.284)	(35.673)
Bolsa Prouni parcial (e)	(424)	(488)
Bolsa social integral (e)	(13.481)	(11.179)
Bolsa social parcial (e)	(1.196)	(1.754)
Bolsas funcionais (f)	(8.827)	(7.179)
Descontos concedidos sobre mensalidades (g)	(83.100)	(60.472)
Devoluções e cancelamentos (h)	(7.108)	(5.118)
Outras deduções	<u>(355)</u>	<u>(614)</u>
Deduções da receita	<u>(156.775)</u>	<u>(122.477)</u>
Receita líquida	<u>353.368</u>	<u>316.019</u>

- (a) Receita de mensalidades: é composta por mensalidades do ensino superior e ensino básico incluindo os encargos por atraso de mensalidades.
- (b) Receitas com serviços: trata-se de atividades extracurriculares que os alunos realizam nas instituições mantidas, como práticas esportivas, taxa de vestibular, curso pré-vestibular, entre outros.
- (c) Receita de convênios: As Instituições de ensino superior firmam convênios com empresas públicas/privadas, para difundir o conhecimento com o intuito de beneficiar a sociedade com novas descobertas.
- (d) Receita SUS/Unileste: Contrato firmado entre a Unileste/MG e a Prefeitura de Ipatinga/MG para prestação de serviços nas áreas de fisioterapia e reabilitação física.
- (e) Bolsa Prouni e Social: Dentro de seus objetivos estatutários e para cumprimento da filantropia, a Entidade aplica parte substancial de seus recursos na concessão de bolsas de estudos.
- (f) Bolsa funcional: São bolsas concedidas aos colaboradores e/ou seus dependentes por força de convenção coletiva de trabalho.
- (g) Descontos concedidos sobre mensalidades: Substancialmente trata-se de descontos comerciais.
- (h) Devoluções e cancelamentos: Trata-se de devoluções e cancelamentos de mensalidades.

b. Custo dos serviços prestados

Esta rubrica representa a alocação dos custos diretos relacionados à prestação de serviço. Cada uma das mantidas da UBEC representa centros de custos distintos.

	2023	2022
Custos SUS		
Salários	(1.055)	(902)
Encargos sociais	(110)	(77)
Benefícios	(19)	(33)
Despesas com material de consumo	(1.824)	(1.497)
Serviços de terceiros	(2)	(2)
Despesas com viagens	-	(3)
Despesas com transporte	(1)	(1)
Depreciação e amortização	(44)	(23)
	(3.055)	(2.538)
Custos educação		
Salários	(120.448)	(110.516)
Encargos sociais	(11.007)	(12.465)
Benefícios	(11.581)	(9.739)
Despesas com material de consumo	(2.549)	(1.838)
Serviços de terceiros	(5.039)	(4.855)
Despesas com manutenção	(1.055)	(642)
Utilidades e serviços	(330)	(484)
Despesas com viagens	(182)	(179)
Despesas com transporte	(515)	(359)
Depreciação e amortização	(6.127)	(6.616)
Custo dos livros vendidos	(7.807)	(5.219)
	(166.640)	(152.912)
	(169.695)	(155.450)

c. Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Salários, benefícios e encargos	(69.439)	(66.472)
Despesas com material de consumo	(3.800)	(3.346)
Serviços de terceiros	(18.958)	(15.481)
Despesas com manutenção	(6.409)	(3.892)
Utilidades e serviços	(11.362)	(10.152)
Despesas com viagens	(802)	(704)
Despesas com transporte	(1.154)	(1.588)
Depreciação e amortização	(12.989)	(22.136)
Despesas com encargos educacionais	(205)	(201)
Outras despesas	(5.016)	(6.280)
	(144.027)	(142.681)

d. Despesas comerciais

	2023	2022
Propaganda/Publiidade	(10.908)	(10.747)
Endomarketing	(1.435)	(653)
Promoções/Eventos/Brindes/Cortusias	(1.550)	(1.029)
Total	(13.893)	(12.429)

e. Outras receitas (despesas) operacionais

	2023	2022
Receitas Operacionais		
Reversão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais líquida	362.365	22.238
Receita de aluguéis	4.139	2.723
Recuperação de despesa	3.518	2.808
Reversão de banco de horas	793	836
Alienação de bens	391	218
Outros	746	762
	<u>371.952</u>	<u>29.585</u>
	2023	2022
Despesas Operacionais		
Ressarcimento	(17)	(131)
Perda	(1.606)	(2.528)
Inventário de estoque	(411)	(114)
	<u>(2.034)</u>	<u>(2.773)</u>

Destacamos a seguir a natureza das principais rubricas:

- Reversão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais líquida:
- Receita de aluguéis: refere-se à locação de espaço físico para o funcionamento de lanchonetes nas Instituições mantidas e para realização de eventos/aplicação de provas por outras empresas.
- Ressarcimento/Outros: composto principalmente por perda, recuperação de despesa e reversão de outras despesas operacionais.

f. Resultado financeiro

O grupo de receitas financeiras está composto principalmente pelos rendimentos obtidos com aplicações financeiras e os encargos referentes a renegociações de mensalidades. Vide composição a seguir:

	2023	2022
Receitas financeiras	<u>12.839</u>	<u>10.217</u>
Juros recebidos	14	117
Descontos obtidos	184	73
Rendimentos aplicações financeiras	5.538	5.251
Encargos por atraso sobre acordo de mensalidades	4.640	3.192
Atualização monetária - financiamento mensalidades	2.463	1.584
Despesas financeiras	<u>(7.490)</u>	<u>(7.842)</u>
Juros passivos	(1.530)	(1.916)
Juros sobre arrendamento mercantil CPC 06	(3.476)	(3.223)
Descontos concedidos	(29)	(204)
Despesas bancárias	(1.010)	(596)
Variação cambial passiva	-	(5)
Desconto financeiro sobre acordos a receber	(1.445)	(1.898)
Resultado financeiro	<u>5.349</u>	<u>2.375</u>

22 Trabalho voluntário

Conforme estabelecido na interpretação ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de outras despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade registrou o montante de R\$ 7.461 (R\$ 4.697 em 2022), referente a trabalhos voluntários.

	2023	2022
Trabalho Voluntário		
Receita com trabalho voluntário	7.461	4.697
Despesa com trabalho voluntário	(7.461)	(4.697)

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos associados

Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente por contas-correntes bancárias, saldos de aplicações financeiras, créditos a receber, fornecedores, arrendamentos, empréstimos e financiamentos.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado (taxa de juros)
- Risco operacional

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Aplicações financeiras
- Contas a receber
- Fundo garantidor FIES
- Contas a pagar a fornecedores e outras
- Arrendamentos a pagar
- Empréstimos e financiamentos.

a. Risco de crédito

Representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, mensalidades a receber e outros créditos.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

b. Risco de crédito

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito, a exposição da UBEC ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

A UBEC constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao potencial de perda na data do balanço. Esses valores e os critérios adotados estão mencionados na Nota Explicativa nº 5.

c. Risco de liquidez

Representa o risco de a entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos estão representados pelas obrigações decorrentes do risco fiscal, fornecedores, empréstimos, financiamentos, obrigações sociais e trabalhistas.

A Administração declara que possui capacidade financeira de honrar com suas obrigações exigíveis e registradas nas demonstrações financeiras. O passivo relativo à provisão para riscos fiscais, detalhada na Nota Explicativa nº 19, não é atualmente exigível.

Em 31 de dezembro de 2023, o fluxo de pagamentos para os passivos existentes da Entidade é apresentado a seguir:

Aging de passivos em 31/12/2023						
	Valor contábil	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos existentes						
Empréstimos e financiamentos bancários	3.368	658	2.710	-	-	-
Arrendamentos	25.654	164	987	3.362	5.574	15.567
Fornecedores	7.218	4.644	2.574	-	-	-
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	11.236	-	11.236	-	-	-
Provisão para riscos fiscais	-	-	-	-	-	-
Obrigações trabalhistas e sociais	28.621	11.439	17.182	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições diversas	5.389	5.389	-	-	-	-
Obrigações com convênios	12.937	-	8.495	2.588	1.854	-
Adiantamento de clientes	11.610	-	11.610	-	-	-
Outros passivos	4.023	133	1.286	2.604	-	-
Total	<u>110.056</u>	<u>22.427</u>	<u>56.080</u>	<u>8.554</u>	<u>7.428</u>	<u>15.567</u>

Aging de passivos em 31/12/2022

	Valor contábil	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos existentes						
Empréstimos e financiamentos bancários	10.871	1.544	5.969	3.358	-	-
Arrendamentos	23.212	486	2.125	6.417	9.828	4.356
Fornecedores	10.190	6.590	3.600	-	-	-
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	14.346	-	14.346	-	-	-
Provisão para riscos fiscais	365.978	-	-	-	-	365.978
Obrigações trabalhistas e sociais	27.042	11.355	15.687	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições diversas	5.328	5.328	-	-	-	-
Obrigações com convênios	9.403	-	8.068	34	1.301	-
Adiantamento de clientes	8.262	-	8.262	-	-	-
Outros passivos	10.837	1.231	5.556	4.050	-	-
Total	<u>485.469</u>	<u>26.534</u>	<u>63.613</u>	<u>13.859</u>	<u>11.129</u>	<u>370.334</u>

d. Risco de mercado (taxa de juros)

Representa o risco da Entidade à exposição de taxa de juros, principalmente relacionados à atualização de passivos financeiros, em especial daqueles decorrentes de riscos fiscais (vide Nota Explicativa nº 19) e aos empréstimos/financiamentos contraídos de instituições financeiras (vide Nota Explicativa nº 13). A Administração da Entidade estima que não haja volatilidade relevante diante da exposição atualmente contratada.

e. Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Entidade estão classificados nas seguintes categorias:

- (1) Ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e (2) Custo amortizado.

As posições dos instrumentos financeiros da UBEC em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 eram as seguintes:

	Categoria	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Aplicações financeiras temporárias	(1)	21.570	23.142
Recursos financeiros vinculados a convênios	(2)	7.619	4.559
Créditos a receber	(2)	38.282	40.530
Adiantamentos	(2)	11.462	10.897
Outros créditos	(2)	3.930	2.356
Fundo garantidor FIES	(2)	8.309	5.840
Aplicações financeiras vinculadas	(2)	14.151	7.250
Depósitos judiciais	(2)	4.098	3.869
		<u>109.421</u>	<u>98.443</u>
Passivo			
Fornecedores	(2)	7.218	10.190
Empréstimos e financiamentos	(2)	3.368	10.871
Arrendamentos a pagar	(2)	25.654	23.212
Adiantamento de clientes	(2)	11.610	8.262
		<u>47.850</u>	<u>52.535</u>

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos financeiros não mensurados ao valor justo, caso o valor contábil seja uma aproximação razoável do valor justo.

31 de dezembro de 2023		Valor Contábil		Valor Justo	
		VJR	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	NE				
Aplicações financeiras temporárias	4	21.570	<u>21.570</u>	21.570	<u>21.570</u>
Total			<u>21.570</u>		<u>21.570</u>

31 de dezembro de 2022		Valor Contábil		Valor Justo	
		VJR	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	NE				
Aplicações financeiras temporárias	4	23.142	<u>23.142</u>	23.142	<u>23.142</u>
Total			<u>23.142</u>		<u>23.142</u>

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis, apresentados como custo amortizado.

31 de dezembro de 2023		Valor Contábil	
	NE	Custo Amortizado	Total
Ativos financeiros mensurados custo amortizado			
Recursos financeiros vinculados a convênios	17	7.619	7.619
Créditos a receber	5	38.282	38.282
Adiantamentos	6 e	11.462	11.462
	7		
Outros créditos	8	3.930	3.930
Fundo garantidor FIES		8.309	8.309
Aplicações financeiras vinculadas	4	14.151	14.151
Depósitos judiciais	19	4.098	4.098
Total		<u>87.851</u>	<u>87.851</u>

Passivo financeiros mensurados custo amortizado		Valor Contábil	
	NE	Custo Amortizado	Total
Fornecedores	12	7.218	7.218
Empréstimos e financiamentos	13	3.368	3.368
Arrendamentos a pagar	14	25.654	25.654
Adiantamento de clientes	23	11.610	11.610
Total		<u>47.850</u>	<u>47.850</u>

31 de dezembro de 2022		Valor Contábil	
	NE	Custo Amortizado	Total
Ativos financeiros mensurados custo amortizado			
Recursos financeiros vinculados a convênios	17	4.559	4.559
Créditos a receber	5	40.530	40.530
Adiantamentos	6 e	10.897	10.897
	7		
Outros créditos	8	2.356	2.356
Fundo garantidor FIES		5.840	5.840
Aplicações financeiras vinculadas	4	7.250	7.250
Depósitos judiciais	19	3.869	3.869
Total		<u>75.301</u>	<u>75.301</u>

Passivo financeiros mensurados custo amortizado	NE	Valor Contábil	
		Custo Amortizado	Total
Fornecedores	12	10.190	10.190
Empréstimos e financiamentos	13	10.871	10.871
Arrendamentos a pagar	14	23.212	23.212
Adiantamento de clientes	23	8.262	8.262
Total		52.535	52.535

f. Hierarquias de valores justos

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, os quais estão registrados pelos seus valores justos. Os diferentes níveis foram definidos da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos semelhantes.
- Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Entidade evidencia no quadro abaixo, os seus respectivos instrumentos financeiros, bem como suas classificações nos níveis supracitados:

	31/12/2023				31/12/2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras temporárias	-	21.570	-	21.570	-	23.142	-	23.142

g. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O passivo financeiro da Entidade está parcialmente atrelado à variação do CDI, índice de reajuste dos contratos de financiamento. Além disso, uma parcela do financiamento está atrelada à taxa de juros pré-fixada de 7,95% a.a.

Os CPCs 39, 40 e 48 dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

O ativo financeiro da Entidade está atrelado à variação do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações do CDI, adotando-se a data base 31 de dezembro de 2023, definimos o Cenário Provável para os 12 meses seguintes e a partir deste, simulamos variações de deterioração de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções do indexador.

Risco	Cenário (I) provável	Cenário (II) 25%	Cenário (III) 50%
CDI (%)	13,04	16,30	19,56
Resultado financeiro atrelado ao DI	4.658	5.822	6.987
Receitas financeiras – se confirmado o cenário	-	(1.164)	(2.329)

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

24 Partes relacionadas

De acordo com Política Corporativa aprovada, considera-se que uma pessoa física está relacionada com a UBEC quando essa pessoa ou membro próximo de sua família e/ou sua congregação/dioocese (a) for uma das pessoas ligadas a entidades associadas ao Grupo UBEC, aos membros da Assembleia Geral, do Conselho das Associadas, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento, ou (b) exerça Influência Significativa sobre a UBEC ou sobre suas Unidades de Missão.

Considera-se que uma pessoa jurídica está relacionada com a UBEC quando essa entidade (a) for uma das Associadas da UBEC; (b) pertença às Associadas do Grupo UBEC; (b) tenha como sócios, associados ou administradores as pessoas ligadas a entidades associadas ao Grupo UBEC, aos membros da Assembleia Geral, do Conselho das Associadas, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento ou (c) tenha relação com pessoa com Influência Significativa ou membro próximo da família e/ou congregação/dioocese das pessoas listadas.

24.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Estão restritas às remunerações por meio de salários e benefícios, para aqueles não estatutários e contratados pelo regime celetista. Os dirigentes estatutários não são remunerados, exceto a presidência do Conselho de Administração pela gestão executiva realizada na UBEC, nos parâmetros da Lei n. 187/2021 e com valor estipulado em Assembleia Geral.

	2023	2022
Pessoal-chave		
Remuneração da administração	266	264
Tota da remuneração	266	264

24.2 Outras transações com partes relacionadas

Nos termos do CPC 05 (R1), “transações com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas independentemente de haver ou não um valor alocado à transação”.

Durante o exercício, foram firmadas parcerias e contratações entre a UBEC e suas respectivas Partes Relacionadas. O valor das transações e saldos em aberto referentes às transações com estas Associadas estão apresentados no quadro abaixo:

	2023	2022
Ativo		
Contas a receber de clientes	61	-
Adiantamento a fornecedores	-	4
Outros créditos	-	5
Total Ativo	61	9
Passivo		
Fornecedores	-	3
Arrendamento a pagar	878	588
Arrendamento a pagar LP	4.641	5.519
Total Passivo	5.519	6.110
Receitas		
Receita de mensalidades	95	-
Convênios	-	6
Outras receitas operacionais	27	32
Total Receitas	122	38
Custos/Despesas		
Custo dos serviços educacionais	(145)	(81)
Despesas gerais administrativas	(635)	(390)
Total Custos e Despesas	(780)	(471)

As transações são realizadas com base em custos incorridos, sem remuneração adicional.

24.3 Compra de imóvel

No ano de 2023, a UBEC adquiriu de uma das suas associadas um imóvel situado em Coronel Fabriciano/MG, avaliado no valor de R\$ 1.100, através de laudo de empresa independente. O imóvel foi adquirido com o objetivo de se tornar um polo EAD, assim sendo classificado em imóveis e terrenos, mas após uma decisão estratégica da diretoria, houve mudanças nos planos e a oportunidade de realizar a venda do imobilizado adquirido, tanto que no decorrer do exercício, a UBEC realizou a venda deste imóvel.

25 Outras informações

25.1 Compromisso assumido – Construção de parque universitário

Em 2020 a entidade, por meio da sua unidade de missão UCB, assinou um termo de ajuste de conduta (TAC) com o ministério Público do Distrito Federal, com o objetivo de construir e comprometer-se com a manutenção de um parque urbano universitário no campus de Taguatinga. Até o momento não houve quaisquer desembolsos quanto à construção do parque, tendo em vista que o projeto ainda depende de aprovações dos órgãos públicos competentes para início da execução, não havendo previsão para desembolsos futuros.

Geraldo Adair da Silva
Conselheiro Presidente

Daniel Galelli Silva
Diretor Geral - CEO

Roseane Costa Rodrigues
Contadora CRC DF-015918/O



UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO CATÓLICA

UBEC - União Brasileira de Educação Católica | Escritório Central

QS 07 Lote 01 Bloco L, Taguatinga Sul/DF | CEP: 71966-700

ubec.edu.br (61) 3383-9009